

EDITORIAL

Poluição, consumismo, crise da democracia, colapso ambiental, desigualdade social, pandemia... a conjunção destes e de outros aspectos críticos da contemporaneidade proporcionam um quadro alarmante no qual proliferam utopias e distopias, cada gênero comportando fundamentos e características próprias e, não raras vezes, comuns. Isso porque a pluralidade dos sujeitos sociais alimenta diferentes proposições e prioridades. O conceito de utopia, como se sabe, foi cunhado por Thomas Morus em 1516. Desde então, tornou-se uma categoria polissêmica, capaz de abarcar muitos sentidos e expectativas. Diante dessa diversidade, como definir o gênero utópico?

Gregory Claves (2017) associa à utopia a ambição de traçar uma sociedade que possa suplantar as inadequações do presente. O gênero distópico, por sua vez, corresponde a um ataque direto contra o *status quo*, amplificando os traços autoritários e as dificuldades de confrontar o poder em vigor. Carlos Eduardo Berriel (2005), por sua vez, lembra que a distopia nasce da utopia: “há em toda utopia um elemento distópico, expresso ou tácito, e vice-versa. A utopia pode ser distópica se não forem compartilhados os pressupostos essenciais, ou utópica a distopia, se a deformação caricatural da realidade não for aceita”.

É possível divisar, na *Utopia* de Morus, duas partes: na primeira, o leitor se depara com uma dimensão crítica, voltada para as instituições e costumes ingleses do século XVI; a segunda formula um projeto, desenvolvido em um espaço insular. A ilha e a Inglaterra de Morus, segundo Corin Braga (2006), indicam aspectos positivos a serem almejados e elementos negativos a serem extirpados: é a partir do confronto entre as duas dimensões, uma censurável e a outra, ansiada e projetual, que se institui os contornos de

um lugar capaz de estimular a virtude e a convivência harmônica entre os cidadãos. Como recorda Cosimo Quarta (2006), a obra de Morus nasce “da aguda consciência, que é ao mesmo tempo crítica e ética, dos males sociais e da vontade de superá-los”.

Parece razoável concluir que o gênero utópico trabalha com uma dicotomia interna, tensionando aspectos positivos e negativos. Braga (2006) adverte que o mecanismo reversivo está no cerne da utopia, uma vez que toda construção utópica adota uma posição polêmica em relação a outro universo de referência (seja ele real ou imaginário). Sendo assim, a utopia se constitui em comparação a algo: “uma variante, positiva ou negativa, uma *lateral possível* do que podemos chamar de um *real central*.” O “em outro lugar” possui sempre uma relação implícita com o “aqui”. A narrativa utópica é constituída pela síntese de duas imagens opostas e, ao mesmo tempo, complementares. O mesmo pode ser afirmado em relação às distopias.

No presente dossiê, reunimos reflexões que versam sobre projeções utópicas e distópicas ao longo da história. O primeiro artigo, escrito por Gregory Claeys, oferece, em primeira mão, reflexões que constam no próximo livro do autor: *Utopianism for a Dying Planet* (2022). Seu texto propõe uma análise incontornável sobre a necessidade de se pensar respostas utópicas em face do colapso ambiental. A crise decorrente do consumismo, encarada pelo autor como uma doença social sem precedentes, exige uma resposta radical e imediata, sob risco de agravar o problema e torná-lo irremediável.

No texto “Sobre história e teoria da ficção distópica”, Amanda Berchez retoma, de forma minuciosa e consistente, a história e teoria a respeito da literatura distópica, ressaltando sua multiplicidade, indicando as bases sobre as quais se consolidou este gênero e destacando categorias em torno das quais ele se desenvolveu, como ciência e tecnologia. Já em “Do contemporâneo surge uma nova distopia: Uma análise das principais características do gênero com base em quatro trilógicas”, Anderson Martins Pereira demonstra em que medida algumas obras distópicas contemporâneas, especial-

mente as transumas e pós-humanas, inovam ou priorizam outro enfoque em relação às distopias tradicionais. No artigo “Os limites e as limitações da caverna: o mito platônico em Planolândia, de Edwin A. Abbott”, Evanir Pavloski estuda *Planolândia*, publicada em 1884, não sem, antes, discorrer sobre a consolidação do gênero utópico e sobre o Mito da Caverna, referido em *A República*, de Platão. Em “O gigante adormecido: a utopia republicana na imprensa liberal do final do século XIX”, Caroline Baron Marach, a partir de dois periódicos que circularam em Curitiba entre o final do século XIX e início do XX, busca analisar alguns pilares do ideário republicano brasileiro, concebido como projeto utópico por meio do qual alguns escritores vislumbravam a possibilidade de investir na educação da população e na economia nacional, de modo a superar a crise que antecedeu e marcou os primeiros anos da República.

No artigo “1984 Revisitado”, Jean Pierre Chauvin analisa a trama do romance *1984*, escrito por George Orwell em 1949. Depois de retomar parte da fortuna crítica sobre a obra, o autor investiga algumas das tópicas que caracterizam a distopia em análise, demonstrando em que medida Orwell inovou, mas também imitou elementos do gênero. Em “Discurso sobre o colonialismo (1950): distopia, ucronia e utopia em Aimé Césaire”, Mariana Affonso Penna e Marcos Rafael Andrade de Melo analisam a maneira como uma das obras do poeta martinicano desconstrói o projeto civilizatório da modernidade, supostamente utópico, cunhada pela Europa Ocidental. Ao confrontar as experiências coloniais e precisar seus desdobramentos distópicos, a utopia de Césaire não prescinde das potencialidades pretéritas, base de uma ucronia bem-sucedida, muito embora as adote tão somente como forma de inspirar um novo porvir que não seja atravessado pela escravidão e por outros resíduos coloniais.

No texto “Fahrenheit 451, de Ray Bradbury e a escrita de uma literatura distópica – uma intercessão com Gilles Deleuze e Félix Guattari”, Alex Fabiano Correia Jardim e Warley Kelber Gusmão analisam a distopia de Ray Bradbury, escrita em 1953 e marcada por uma sociedade autoritária pautada no controle, na vigilân-

cia e na violência. Ao longo da investigação, retomase o aparato conceitual forjado por Deleuze e Guattari como forma de indicar os mecanismos de subjetivação adotados ao longo da ficção e avaliar a atuação do protagonista, o bombeiro Guy Montag, que começa a questionar o status quo e cogitar outro modelo social. Em “Manifestações da inconfiabilidade na narrativa de Laranja Mecânica”, Francisca Naiane Costa da Silva, Charles Ponte e Renato Santos estudam o romance de Anthony Burgess, escrito em 1962 e voltado para uma Inglaterra distópica situada no futuro. Depois de descrever o comportamento do protagonista, Alex, o artigo analisa a linguagem adotada, o uso da ironia e do humor, a banalização de atos vis etc. como parte dos expedientes formuladores da distopia.

O texto “Projeções utópicas de um Brasil libertário: a militância de Edgar Leuenroth nos anos iniciais da ditadura militar”, de Cláudia Tolentino Gonçalves Felipe, investiga a participação do militante anarquista Edgar Leuenroth junto ao jornal *Dealbar* (1965-1968) e no seu projeto político utópico *Qual a solução para o Brasil?*, se detendo em duas categorias centrais: solidariedade e universalismo. Já no artigo “Presságio distópico: os seriados televisivos enquanto oráculos eletrônicos”, Vlamir Duarte, Ed Porto Bezerra e Hélder Nóbrega analisam como a animação *Os Simpsons* (1989) e a distopia *The Handmaid’s Tale* (2017) são recepcionados, por certa audiência, como obras ficcionais detentoras de traços divinatórios, o que corresponde a uma forma de se ler, criticamente, a atualidade.

O artigo “Do afrofuturismo ao distópico: o caráter político-religioso de *A parábola do semeador*, de Octavia Butler”, de Eduardo Marks de Marques e Anderson Luis Brum de Freitas, retoma o conceito de afrofuturismo, recapitula o gênero distópico e estuda *A parábola do semeador*, lançada em 1993, cuja trama, narrada em primeira pessoa por uma adolescente negra de quinze anos e situada no futuro, é marcada por desordens políticas, polêmicas religiosas, fascismos e por negacionismos associados às mudanças climáticas. Em “Projeto de vida: Da utopia da formação integral à alfabetização na Educação de Jovens e Adultos”, Cláudia Chesini,

Maria Cristina Mesquita da Silva e Renato de Oliveira Brito, depois de recapitularem o percurso histórico da EJA (Educação de Jovens e Adultos), investigam o “projeto de vida” e sua repercussão a partir da proposta de uma formação/alfabetização integral que pretende estimular o autoconhecimento e a solidariedade, ou seja, que concebe a formação individual sem negligenciar o imperativo do bem comum.

Por fim, Cleber Vinicius do Amaral Felipe apresenta uma resenha do livro de Jean Pierre Chauvin intitulado *Mil*, ficção publicada em 2021 pela Luva Editora.

REFERÊNCIAS

- BERRIEL, Carlos Ornelas. Utopia, distopia e História. In: MORUS - utopia e renascimento, Campinas, n. 2, p. 4-10, 2005.
- BRAGA, Corin di. Utopie, eutopie, dystopie et anti-utopie. In: Metabasis – filosofia e comunicazione, Varese, ano I, n. 2, 2006, p. 1-34.
- CLAEYS, Gregory. *Dystopia: a natural history*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- QUARTA, Cosmio. Utopia: gênese de uma palavra-chave. In: MORUS - utopia e renascimento, n. 3, 2006.

